

DOSSIÊ:
**A macrorregião Nordeste
e os modelos de planejamento
e desenvolvimento regional**

A macrorregião Nordeste e os modelos de planejamento e desenvolvimento regional*

Tania Bacelar de Araújo e
Leonardo Guimarães Neto

* Entrevista concedida a Hermes Magalhães Tavares e Cidoval Sousa

A RPPR tem como um de seus objetivos contribuir para recuperar a memória do planejamento regional no Brasil. A seção **Dossiê** se destina sobretudo a tal fim. Neste número, ela traz uma entrevista com Tania Bacelar de Araújo e Leonardo Guimarães Neto sobre a evolução da política de desenvolvimento do Nordeste. A ideia foi questionar os entrevistados sobre tal experiência, tendo como referencial o corte planejamento macrorregional/desenvolvimento local. O período entre a criação da Sudene e o golpe de 1964 foi descrito como sendo marcado pela grande criatividade da política delineada pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, despertando, assim, entusiasmo e envolvimento dos que participavam das tarefas de planejamento. Traço que mereceu realce: os programas e projetos foram financiados com recursos do Tesouro Nacional.

Voltado para a extensa região de nove Estados nordestinos, o planejamento que se fez naquela altura era **macrorregional**. Os governos militares mantiveram essa norma, que se estendeu até a década de 1980. O fato marcante desse segundo momento é que foram os recursos deduzidos do fisco pelos empresários e aplicados na indústria, depois estendidos também a outras atividades econômicas (agropecuária e turismo), que deram a tônica à política regional nordestina, de acordo com os entrevistados. Após longos anos de crise da Sudene, culminando em sua extinção, e sua posterior recriação em 2007, assistiu-se à passagem para uma política regional que tende a privilegiar o desenvolvimento local. Este, voltado, sobretudo, para empresas industriais de pequeno porte, caracterizaria a política regional *explícita* do atual momento, enquanto os investimentos reprodutivos correriam por conta de uma política regional *implícita*, decorrente de macrodecisões que se tomam no plano nacional e afetam a região (refinarias, estaleiros navais etc.), segundo expressões dos entrevistados. Ao contrário de outros estudiosos da política de incentivos fiscais do Nordeste, como Rômulo Almeida, Albert Hirschman, Paulo Haddad, Antônio Magalhães e o próprio Celso

Furtado, os entrevistados fizeram grandes restrições a essa política, apoiando-se, inclusive, em falas, ou mesmo tiradas, do último general a ocupar o cargo de Superintendente da Sudene. Em contrapartida, eles defenderam a política de pequenas indústrias na linha do polo têxtil do agreste pernambucano, que produz e comercializa as conhecidas *sulanças*.

A ênfase no desenvolvimento local foi explicada pelos seguintes motivos: a propalada diversidade da região nordestina, no presente; a falta de apoios, inclusive dos governadores dos Estados nordestinos, à abordagem macrorregional; e a tradição localista e municipalista do Partido dos Trabalhadores – PT.

A entrevista foi realizada na Ceplan, em Recife, em novembro de 2014, e contou com a presença e participação de pesquisadores convidados. A seguir, os trechos principais da entrevista, organizados em quatro partes: o planejamento macrorregional; a abordagem do desenvolvimento local; as identidades regionais; e os partidos políticos e a política de desenvolvimento regional. A relação de todos os participantes da entrevista é apresentada ao final.

O planejamento macrorregional

Hermes: No campo da política e do planejamento regional, o Brasil conta com uma experiência de várias décadas. Nela, merece destaque o planejamento macrorregional da Sudene de Celso Furtado, que se estendeu por vários anos, mesmo depois de 1964. Eu pediria a Tania e a Leonardo que nos fizessem um rápido esboço da evolução da política de desenvolvimento do Nordeste, começando pelos momentos do planejamento macrorregional.

Tania: Há um momento que marca a nossa experiência de planejamento regional que vai dos anos 1950 a 1980. A partir desse último marco, a economia do Nordeste começa a evoluir de acordo com a trajetória da economia brasileira, e os anos 1980 e 90 apresentam como características a crise do Estado e o avanço da onda neoliberal. A visão neoliberal implicava não ter Estado, não ter política regional. Já no início do século XXI, a crise financeira diminui um pouco, o Estado parece buscar um certo protagonismo. Então, a gente começa a ver políticas nacionais com mais força do que via no final das duas últimas décadas do século XX. No primeiro momento da política regional (1959-64) o foco é a desigualdade inter-regional. Havia de fato, ali, uma ameaça à unidade nacional. Celso Furtado levanta essa bandeira, da ameaça de desintegração da nação, porque havia um dinamismo tão forte numa região (o Sudeste), e o Nordeste, que tinha muita gente, chama a atenção. O mesmo não ocorre com o Norte, que tinha apenas 4% da população do país. O Nordeste tinha 30%, e você estava perdendo, porque 30% da população do país não conseguiam engatar. Por isso aconteceu essa ênfase na política e no planejamento para uma macrorregião. Essa é marca desse momento, sem dúvida.

Leonardo: Para complicar um pouco, eu faria uma diferença nesse período inicial, porque é um momento muito mais político, e com vigência da democracia. A Sudene foi uma superintendência implantada numa situação muito específica: há uma crise regional, o Estado democraticamente responde com a criação de uma instituição que tem uma representação política muito forte. E, nessa nova instituição, o seu Conselho Deliberativo teve um papel de destaque, por ser o órgão que aprovava as decisões mais importantes, como, principalmente, o Plano Diretor elaborado pela Secretaria Executiva da Sudene, o qual era, posteriormente, submetido ao Congresso Nacional. Segundo ponto, a Sudene era diretamente subordinada ao Presidente da República, Celso tinha um *status* de ministro representante do Presidente aqui, no Nordeste.

Tania: E muito dinheiro!

Leonardo: Antes de 1964, eu assisti a muitas reuniões do Conselho Deliberativo para ouvir os debates, que eram de uma riqueza imensa. Pela primeira vez, eu vi os governadores enquadrarem o Ministério da Fazenda por uma questão de verbas que não eram destinadas para a região. Havia um processo democrático muito grande, e isso caracterizava aquele período na Sudene. Mas, de qualquer modo, o enfoque macrorregional continuou, como disse Tania, até os primeiros anos da década de 1980. Esse planejamento com enfoque macrorregional sofreu um primeiro corte em 1964, e se extinguiu, por fim, com a crise fiscal e financeira do Estado no início do decênio de 80. Você citou também os anos 2000, mas ali as características passam a ser outras.

Tania: É, de 2000 para cá houve uma tentativa de voltar com a presença maior do Estado. Houve um certo arrefecimento da crise, não é muito, mas a relação com a dívida pública líquida cai, criando-se uma margenzinha de folga. Na margem de folga, é que o Estado tenta assumir uma maior presença, só que aí não predominam políticas regionais, mas, sim, políticas nacionais.

Leonardo: Esse é um ponto importante: volta a atuação do Estado, mas fazendo políticas que a gente chamava, seguindo um trabalho coordenado por Jorge Jatobá, de políticas regionais *implícitas*. Por exemplo, pensando nos dias atuais, a Petrobras veio aqui e fez a refinaria em Pernambuco, ou o Governo Federal investe no Porto de Pecem, no Ceará. Quer dizer, é toda uma série de políticas públicas que não passam pelas instâncias regionais, não passam pelo Ministério da Integração, não passam pela Sudene, que sequer toma conhecimento, não passa nem pelo Banco do Nordeste.

Tania: As políticas regionais implícitas são as políticas nacionais que têm um rebatimento regional, que são também positivas no combate à desigualdade regional.

Hermes: Deixem-me interromper um pouquinho, antes que a gente parta para outro assunto. Tania, você falou, há pouco, que havia muito recurso disponível nesse período da política macrorregional.

Tania: Refiro-me aos 3% do Orçamento Federal, previstos na Constituição de 1946, que iam para a Sudene. Era muito dinheiro.

Hermes: Não obstante, eram momentos muito difíceis, pois Celso Furtado fala na *Fantasia desfeita* da falta de recursos para investimento. Daí o sistema de incentivos fiscais que foi sendo implantado e aperfeiçoado (o sistema 34/18). E que produziu os resultados que vieram até hoje.

Tania: Mas o incentivo fiscal é no período seguinte, que começa com o golpe militar. Há que lembrar que a Sudene antes do golpe é uma e a de depois do golpe é outra. Na segunda, o caráter reformista da proposta de Furtado foi para o chão, e aí prevaleceram os incentivos.

Hermes: Eu queria que vocês abordassem essa questão dos incentivos, que é de grande importância.

Tania: O artigo 18, que foi o que deslanchou os incentivos, é do segundo plano diretor, que foi aprovado depois do golpe. O 34 ninguém foi nele, porque Celso Furtado tinha colocado dois impedimentos: não podia ser empresa multinacional e quem era o optante não podia ser o beneficiário. Com esses dois condicionantes, ele travou o sistema. Com o artigo 18 do Segundo Plano Diretor, caíram essas duas condições, e teve início na região um processo de oligopolização que estava em curso no Brasil. E virou o que Chico de Oliveira chamou de correia de repasse para trazer a indústria lá de baixo para cá. Mas Furtado já não estava na Sudene, pois foi após o Golpe, no Segundo Plano Diretor, que é de 1965¹.

Hermes: Entre 1959 e o golpe de abril de 1964, haveria, pois, uma Sudene dos incentivos fiscais e uma outra, que teria um perfil diferente?

Tania: A Sudene reformista é a Sudene que fazia infraestrutura, que formava quadros no Nordeste, que investia em educação, que estruturou as Secretarias de Educação do Nordeste. Não era a Sudene dos incentivos, era a Sudene da pesquisa de recursos naturais, em que o departamento mais importante era o DRN (Departamento de Recursos Naturais), não era o DI (Indústria). O DRN, e o DRH (Recursos Humanos) e a infraestrutura é que eram o coração da Sudene no

1 O II Plano Diretor da Sudene teve vigência a partir de 17 de junho de 1963, quando o Congresso Nacional aprovou a lei nº 4.239, que o instituiu (nota dos Editores).

Primeiro Plano Diretor. Isso é uma Sudene completamente diferente da que vem depois do golpe.

Juliana: Estamos falando do primeiro momento, de 1959 a 64?

Tania: Sim. Eu fiquei na Sudene fazendo pesquisa na casa dos meninos que vinham estudar curso superior financiado pela Sudene. A Sudene era Capes, a Sudene dava bolsa para o jovem que morava lá não sei aonde e queria estudar Geologia em Recife. Eu entrei na Sudene assim, indo na casa dos meninos para ver se eles mereciam receber aquela bolsa, entrevistava o vizinho, para ver se o candidato merecia a bolsa. A Sudene era a Capes do Nordeste, para fazer o quê? Graduação, porque não tinha gente formada na quantidade necessária. Com isso, ela formou economistas, agrônomos, veterinários. Essa era a Sudene de verdade, não era a Sudene de incentivos. A Sudene de recursos naturais, que pesquisava a água, o minério, a da cartografia, essa era a Sudene de Furtado. Não tinha nada a ver com incentivo. Isso era uma Sudene, a outra é a que chega depois do Golpe. Esta é a Sudene dos incentivos, que coincide com o Segundo Plano Diretor, que é de 1965. A partir do artigo 18, o incentivo toma conta: o volume dos recursos que entram devido ao sistema 34/18 irão aumentar, enquanto os recursos próprios oriundos do Orçamento Federal diminuem.

Cidival: É ainda a Sudene reformista?

Tania: Reformista e, repetindo Leonardo, um negócio importantíssimo: a experiência de um pacto federativo numa instância que o Brasil não tem até hoje, que é a instância regional. Essa era a cabeça de Furtado: juntar o Governo Federal com os governos estaduais, e isso é que é o Conselho Deliberativo. Esse era mais importante do que a Secretaria Executiva, onde ficavam os corpos técnico e administrativo. A Secretaria era o órgão de apoio para que o Conselho funcionasse. E o que é esse Conselho? Ele representava um pacto federativo entre o governo federal e os governos estaduais. Ministros e governadores decidindo o que fazer no Nordeste.

Leonardo: É uma característica muito importante que, no Conselho dos primeiros momentos da Sudene, grande parte dos governadores era oposição ao governo federal. Era José Agripino, era Cid Sampaio. E Juscelino bancou a Sudene porque ele viu que estava perdendo força aqui. Para ele, seria um Plano de Metas para o Nordeste. Na Sudene, o Conselho que representou o que seria uma instância regional, fazia a ponte entre os estados e o Governo Federal. Depois, perde-se isso, porque os governadores passaram a ser indicados pelo governo central.

Tania: Trocou o Conselho Deliberativo por um órgão político, comprometido. Neste, não havia mais tensão, era tudo a mesma coisa, todo mundo dizendo amém ao Governo Federal. Ninguém podia discordar.

Leonardo: A representação não era sempre do ministro. Mas, quando o ministro vinha, ele ouvia o que não queria ouvir, porque você tinha toda uma reclamação, porque o Conselho eram, basicamente, os governadores e a representação dos ministérios. Só depois é que se tornou mais complexo, mas basicamente era isso, e então os ministros eram enquadrados.

Hermes: Faziam parte do Conselho também os bancos, BNDE, BNB, Banco do Brasil, os três.

Tania: Isso, os três bancos.

Leonardo: É, e os bancos. Era essa a coisa. Talvez um tema que nunca tenha sido muito estudado seja o papel do Conselho Deliberativo da Sudene do período anterior a 1964.

Hermes: Mas o Costa Lima foi...

Muitos: Marcos.

Tânia: Sim, o Marcos Costa Lima está digitalizando todas as atas do Conselho Deliberativo.

Valdeci: Seria interessante conversar com Ângela Nascimento que está organizando esse material.

Tania: A Sudene está financiando, investindo para digitalizar o material de todas as atas.

Cidoval: Mas, voltando aqui, ainda, a esse primeiro eixo. Como sintetizar aquilo que “empoderou” a Sudene nesse primeiro momento, quais seriam os eixos centrais? Vocês falaram em Conselho Deliberativo, que era a diversidade. A Sudene tinha um prestígio porque Celso Furtado despachava com o Presidente.

Tania: A lei que cria a Sudene é que dá dinheiro à Sudene. Ela tira o dinheiro que era do fundo da seca e bota no orçamento da Sudene. E como bota no orçamento, você tem que ter um instrumento para usar esse dinheiro, que eram os planos diretores. Daí haver disputa porque havia recursos. Por exemplo, o Nordeste não tinha estradas, a Sudene fazia uma política de financiamento de rodovias. Ela dizia: “nós vamos fazer as estradas federais” (isso é o Primeiro Plano Diretor), e os governadores vinham discutir com a gente como fazer as estradas estaduais, e a Sudene bancava parte das estaduais. Havia articulação regional para definir as obras e os recursos das duas esferas de governo. Havia um modelo de reestruturação das

secretarias estaduais de educação, obedecendo a uma preocupação estratégica que se reproduzia também em outros setores. Era desse modo que a Sudene trabalhava em seus primeiros anos.

Hermes: E havia também o treinamento de técnicos.

Tania: É, para formar, treinar seus quadros técnicos, criou o Cetreino, que era um centro de treinamento situado em Recife, e realizava cursos para os seus quadros técnicos e os de outros órgãos públicos da região.

Cidoval: Seguindo o primeiro bloco ou o primeiro momento eu acho que...

Tania: O segundo momento foi em cima de incentivos. O sistema de incentivos é criado pelo artigo 34, da lei do Primeiro Plano Diretor, só que com esses dois condicionantes ele não funciona. No Segundo Plano vem o artigo 18, que quebra os dois condicionantes, aí, quando você pega o gráfico da alocação de recursos, ele começa a funcionar em 1965, aí deslança. O optante já podia investir em sua própria empresa. Por exemplo, a Hering estava lá no Sudeste, renunciava aos 50% do Imposto de Renda, depositava o dinheiro no Banco do Nordeste, trazia o projeto, aprovava na Sudene, e ela mesma podia botar o dinheiro no projeto dela aqui. O Artigo 34 não permitia isso. Quando permitiu, a Hering veio para o Nordeste. Fez uma fábrica aqui com 6 mil empregados.

Hermes: A Hering era do Sul.

Tania: Santa Catarina.

Hermes: Mas o artigo 34 já permitia isso.

Tania: Não, não permitia que o optante fosse a própria pessoa. Ela podia fazer o projeto e sair captando recursos de outros, mas não podia empregar no dela. Com o artigo 18, pode; ocorreu o engate e a economia da região cresceu. Na verdade, o que aconteceu foi que as grandes empresas estrangeiras que já estavam no Brasil vieram para cá com incentivos, com raras exceções, como a Philips, que veio direto. Chico de Oliveira é quem melhor define o que é o 34/18: é a correia de repasse que traz o capital dinâmico do Centro-Sul para o Nordeste, naquele momento em que estava se oligopolizando, formando grandes empresas privadas brasileiras. Para mim, foi Chico de Oliveira quem mais percebeu esse processo, assim como a pessoa que melhor entendeu o mecanismo dos incentivos foi o último general que comandou a Sudene. Ao ouvir a explicação de como funcionava o sistema de incentivos, aquele general exclamou: “Que negócio inteligente de transformar dinheiro público em patrimônio privado,! E tudo legal!”

Cidoval: Ao mesmo tempo em que você tem a política de incentivos, após 1964, parece que tem o “desempoderamento” da Sudene. As condições políticas que existiam na primeira fase, na fase reformista, desmancham-se um pouco nesse segundo momento. Eu queria que vocês comentassem um pouco esse “desempoderamento”.

Juliana: É um redirecionamento.

Cidoval: Um redirecionamento.

Tania: O projeto de Furtado era um projeto reformista. No Brasil daquela época, estava discutindo-se: ou a gente continua a trajetória de inserção submissa ou a gente faz as reformas de base. No Brasil, a discussão era essa. O projeto da Sudene engata na segunda alternativa. O pressuposto era o Brasil das reformas de base para engatar o Nordeste nesse momento, mas ele estava filiado a uma das alternativas que foi a perdedora em 1964. Com o golpe, decidiu-se: não era o Brasil das reformas de base, seria o Brasil dos “50 anos em 5”, inserido num ambiente mundial. E foi esse que ganhou. A vitória política definiu o fim do que era a proposta reformista da Sudene. A Sudene teve que se engatar na proposta de desenvolvimento que o Brasil teve a partir do golpe, que é o que a gente chama de modernização conservadora. A Sudene passou a fazer parte do projeto de modernização conservadora, e não mais do Brasil que queria fazer reforma agrária, reforma de educação – isso ficou para depois. Ficou para até hoje.

Leonardo: Houve o processo de “desempoderamento”, que veio antes da crise fiscal e financeira. O superintendente da Sudene deixou de ter o *status* de ministro; ele passou a responder ao Ministério do Interior, que era um ministério extremamente pequeno e pouco significativo. Depois, o plano não ia mais ao Congresso para ser aprovado e também o Conselho mudou a sua natureza. Essas foram mudanças fundamentais, após 1964.

Tania: O Primeiro Plano da Sudene era desse outro projeto do Brasil, tanto que ela teve que enfrentar as elites conservadoras do Nordeste. Ela é criada contra essas elites. A lei de sua criação passa um ano no Congresso. Em seguida, o Primeiro Plano Diretor passa um ano no Congresso. Porque era com a bancada do Sudeste que a gente conseguia ter os votos. A bancada progressista do Sudeste contra a bancada do Nordeste, que era a maioria conservadora. Também tinha a contradição dentro da região, porque a Sudene era uma cunha na proposta conservadora da região, que tinha bases sólidas. Celso Furtado era tido como comunista; o seu nome saiu na primeira lista de cassados pelo golpe.

Cidoval: O que vocês chamavam de pacto do Conselho Deliberativo era como se fosse um pacto federativo?

Tania: Um pacto contraditório. Celso Furtado conta, em um dos livros dele, que, para aprovar a lei da irrigação, precisou se aliar ao representante das forças armadas, porque, se fosse nos votinhos, ele perderia.

Cidoval: Você diria que o projeto da Sudene seria uma jogada política que enfraqueceria as oligarquias nordestinas?

Tania: Ah, sim, as oligarquias eram contra.

Cidoval: E num segundo momento elas recuperaram isso, ao derrotar o projeto de lei de irrigação no Congresso Nacional.

Tania: Claro, e se apropriam dos incentivos fiscais, mais à frente.

Juliana: A partir dessa política de incentivo, do pós-golpe, quais foram os maiores rebatimentos sociais e espaciais do período autoritário no Nordeste, em termos de poder oligárquico, questão fundiária etc.?

Tania: Era outro valor no Brasil todo. Era outro projeto. Era continuar o Brasil grande potência a qualquer custo social, e não tinha conversa; e isso bateu aqui também. A Sudene já não era o *locus* de resistência, ela foi perdendo porque como é que vai discutir isso em um conselho onde os governadores são indicados e não podem criticar o Governo Federal. Aquela energia social e política que havia no Conselho, morreu.

Leonardo: A Sudene era o próprio Conselho.

Tania: O Conselho era mais importante. A Secretaria Executiva auxiliava o Conselho: preparava as reuniões Conselho e, principalmente, executava as atividades da instituição, como os planos diretores. A Secretaria não era pequena, era grande, para poder cumprir esse duplo papel. Isto é preparava e encaminhava a matéria a ser submetida ao Conselho, e depois dava sequência ao que foi deliberado. Tinha que ter uma base técnica consistente para fazer as duas coisas; e ela o fazia, mas quem mandava não era a Secretaria, era o Conselho.

Leonardo: A Sudene teve que montar várias empresas de economia mista, porque não havia previamente uma infraestrutura, até então ausente na região; desde levantamento aerofotogramétrico a planejamento de centrais de abastecimento.

Luciano: Eu queria fazer uma pergunta: a crítica de Chico de Oliveira em “Elegia para uma religião”, a mencionada, refere-se principalmente à segunda fase da Sudene, após o golpe de 1964, do que à primeira fase.

Tania: Com certeza. A correia de repasse é a segunda, já submetida à decisão nacional, que o rumo do Brasil é o rumo da modernização conservadora e do Brasil como oitava potência industrial a qualquer custo. Esse era o caminho que havia sido tomado pelo golpe; não tinha o que discutir mais, tinha que fazer.

Cidoval: E os movimentos sociais, as Ligas Camponesas, em primeiro lugar, como se relacionavam com os mentores da nova política regional?

Leonardo: Foi uma convivência de muita tensão, porque as Ligas queriam avançar bem mais do que o Governo Federal.

Tania: Celso Furtado era atacado pela direita e pela esquerda. A esquerda considerava o seu projeto reformista. E era. Não era um projeto revolucionário. O GTDN não usa palavra reforma agrária; quando se refere, por exemplo, às mudanças necessárias na Zona da Mata fala em “diversificação produtiva da Zona da Mata”. Como a bandeira dos movimentos sociais era “reforma agrária na lei ou na marra”, é claro que, para eles, Furtado era apenas reformista.

Luciano: Mas, quando essa esquerda foi, de alguma maneira, dominada pela repressão, me parece que a Sudene também foi para a direita. E o projeto original se perdeu.

Tania: Porque o grosso da Sudene virou para os incentivos. E para onde foram os incentivos? Para os grandes grupos de fora que vieram para o Nordeste. Eles predominam na Bahia e em Pernambuco. A tese de Valdeci Monteiro dos Santos mostra isso: quando vem a onda dos incentivos, eles se concentram nas três grandes metrópoles, regionais, Recife, Salvador e Fortaleza. No caso de Recife e Salvador, ocorre o que Chico de Oliveira chama de correia de repasse para trazer o capital oligopolista para o Nordeste. No Ceará, não; no Ceará, a tese mostra que são empresários locais que conseguem acessar o sistema 34/18. Daí a renovação empresarial do Ceará e a não renovação empresarial da Bahia e de Pernambuco. Aquela elitezinha nova que aparece no Ceará é filha da Sudene.

Hermes: Mas na Bahia houve, como efeito, a rápida formação de grupos que se tornaram importantes, como o grupo Clemente Mariani.

Tania: Mas o que Valdeci mostra é que o grosso dos empresários, na Bahia, era de fora da região

Hermes: E o sistema tripartite como é que ficou? Nos 33,3% de empresas nacionais em Camaçari havia a parcela dos grupos baianos.

Valdeci: Multinacional, estatal e local. Mas o local era pouco.

Cidoval: Para a gente fechar essa parte dos incentivos, se tiver alguém que possa acrescentar alguma coisa.

Hermes: A pergunta é: o que ficou do planejamento macrorregional?

Valdeci: Houve efeitos positivos [do crescimento], mas eles também foram responsáveis por grandes desigualdades intrarregionais.

Leonardo: Essa foi a crítica fundamental à visão macrorregional.

Tania: Muito importante foi a extensão dos incentivos para outros setores, porque aquele modelo funcionava na indústria, mas não funcionava na agricultura, nem em outros setores. Quando eles foram desviados para outros setores, foi problemático, devido, por exemplo, à necessidade de ser empresa de capital acionário, e não de natureza familiar, como exigia a Sudene. Por isso que na agropecuária aumenta a chance de corrupção, e essa ocorreu em grande escala – o tal “boi da Sudene”. Parte dos nossos coronéis foi para os incentivos; o geógrafo Mario Lacerda mostra que no Agreste foi uma tragédia, contrariando o que Furtado propunha. Em vez de se promover alimento, matou-se a agricultura alimentar para botar o boi.

Cidoval: A morte da política macrorregional foi decretada mais ou menos quando?

Leonardo: Primeiro foi a crise fiscal e financeira dos anos 80; a inflação estourou e o Estado se enfraquece. Houve um certo fôlego com o II PND, quando se deu a “marcha forçada” da economia brasileira e certos projetos industriais foram complementados, como o da petroquímica. Na segunda metade da década de 80, eu acho que foi quando a crise instalou-se de fato.

Tania: A crise final do dinheiro; o dinheiro foi acabando. A investida de Collor contra a Sudene tem um poder de explicação para esse fato. Primeiro ele deu uma pancada quando fez a perseguição aos funcionários, mandando todo mundo para casa. Com essa pancada no corpo técnico, a Sudene nunca mais se recuperou. E, segundo, criou as debêntures, que, de qualquer jeito, eram uma inovação, porque havia debêntures que eram conversíveis, e aquele que recebia tinha que pagar. Era essa a crítica do general, que dizia: “negócio interessante de transformar dinheiro público em patrimônio privado!”. Como tinha essa crítica, as debêntures introduziram essa diferença, porque parte delas tinha que voltar para o fundo. A hora de voltar para o fundo foi exatamente a hora em que a Sudene foi extinta. Tudo faz crer que havia interesses por trás do fim desse órgão, de gente que tinha se locupletado com o sistema de incentivos e já na fase das debêntures chegara o momento de pagar.

Cristina: E com o general botando o povo para pagar...

Tania: E o general querendo cobrar, dizendo “não é para cobrar? Está certo, mas se é legal e é hora de pagar, tem que pagar!”. Estava na lógica dele: “estou aqui para cumprir o que está no papel”. Você nota que não houve uma revolta nas nossas elites políticas e empresariais quando a Sudene acabou, porque parte dela se beneficiou com o fim da instituição. Extinguiu-se o órgão e se ficou naquele contencioso que ninguém consegue chegar perto [para apurar].

Cidoval: Poderíamos tentar resumir, aqui, o que ficou da experiência da Sudene até o golpe de 1964 e que permanece vivo?

Tania: Eu acho que permanece o esforço que a Sudene fez no campo da pesquisa. Permanece o esforço de formação de pessoal.

Leonardo: A indústria – os incentivos fiscais – produziu transformações, se bem que na forma da correia de repasse da indústria do Centro-Sul, lembrada por Tania. A indústria da Sudene, a indústria do Nordeste muda da produção de bens de consumo não duráveis para uma indústria de bens intermediários.

Valdeci: E o legado do planejamento estadual. Isso ficou nos Estados. Em Pernambuco, a Sudene repassou muita coisa.

Tania: O Sebrae nasceu do NAI (Núcleo de Assistência Industrial), que era um órgão da Sudene. As CEPAs (Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola), que deram origem a todo planejamento agrícola dos Estados. A modernização das secretarias estaduais de saúde, educação, agricultura, indústria foi financiada pela Sudene.

Leonardo: A Sudene deu uma série de estímulos à Faculdade de Geologia daqui, por conta das pesquisas de recursos naturais.

Cristina: À Geografia e também à Economia. Toda a estrutura do conhecimento nas ciências humanas e sociais também foi muito estimulada pela Sudene.

A abordagem do desenvolvimento local

Tania: Só para fechar a fase do macrorregional, quem inventou o Nordeste foi Celso Furtado, porque o Nordeste antes da Sudene era o Nordeste do IBGE, no qual a Bahia não era Nordeste, era Leste, o Maranhão era Meio-Norte. O GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) é que deu lógica a uma outra região. Como queria tirar gente do Semiárido para colocar no Maranhão, ele

teve que trazer o Maranhão para área da Sudene, e trouxe a Bahia. A Bahia veio a contragosto, mas veio – até hoje ela quer ser Sudeste. O IBGE depois chancelou o que o GTDN definiu. Veja a força do GTDN depois, quando criou a macrorregião Nordeste, é a macrorregião de atuação da Sudene. O Maranhão era Meio-Norte e a Bahia era Leste, quando a gente estudou no ginásio. O semiárido era Bahia, como tratá-lo sem a Bahia? Então, a Bahia vem para cá. Como é que vai levar o povo daqui para o Maranhão se o Maranhão não é Nordeste? Então, o Maranhão é Nordeste. A área de atuação da Sudene redefine o Nordeste do IBGE.

Hermes: Isso foi em cima daquele conceito de “região plano”, de François Perroux e Boudeville.

Tania: Isso, o Nordeste nasce como “região plano”, exatamente. Pois bem, hoje a gente questiona essa noção de macrorregião Nordeste. Porque a própria dinâmica do Nordeste hoje introduz diferenciações muito importantes. Por exemplo, no tempo de Celso Furtado, não se falava no cerrado da Bahia, porque não tinha nem gente nem economia, e hoje é uma das economias mais pujantes do Nordeste. Só que não é Nordeste, aquilo, como bioma, é cerrado; como processo de ocupação, é uma extensão do cerrado brasileiro e quem predomina lá é o gaúcho, e a gente chama de Nordeste.

Luciano: Essa discussão de como o macrorregional é posto de lado e vem à tona esse debate em torno do *território* e do *local* tem uma temporalidade, são os anos 1980/90 e vêm até o presente. Falo da fase neoliberal que desmantela a discussão regional.

Valdeci: Eu acho que aí o papel destas grandes instituições, o Banco Mundial, o Banco Interamericano, a Caixa Econômica etc., vai quebrando essa lógica regional, porque o prefeito vai dialogar direto com o Banco Mundial.

Cristina: Não é só com o Banco Mundial, é com os empresários que atuam no local, cujo cliente é o prefeito. Não é só você interagir com as empresas que virão para cá – disputas por atração de empresas. Eu acho que o Banco Mundial ajudou a criar um mercado mundial de serviços urbanos. Agora, você tem uma empresa no setor de informações geográficas que atua no mundo todo e vende serviços para os prefeitos. E os prefeitos, para poder comprar o pacote, têm que se endividarem junto ao Banco Mundial. Então, o Banco Mundial financia a prestação daquele serviço que é oferecido por uma consultoria multinacional. Daí a descentralização. Nesse momento, o Banco Mundial começa a fomentar a realização de seminários internacionais, em que eles convidam alguns prefeitos exemplares, que já tiveram projetos dessa natureza, e nesses seminários eles convidam prefeitos em todo o mundo e promovem uma feira onde essas empresas vão apresentar projetos.

Valdeci: É assim que o neoliberalismo vai chegando aos subdesenvolvidos.

Cristina: A negociação é direta com o prefeito, porque é o prefeito que vai ter o interesse de contratar a empresa de saneamento, de pavimentação, de planejamento. Então, você amplia o mercado, globaliza o mercado. A gente teve vários projetos desses, mas o de Alagoas eu achei de doer. A prefeitura de Maceió que se endivida – para poder se endividar tinha que ter a aprovação do Senado – para instalar um SIG na cidade, e esse SIG vai cobrir uma parte da cidade. O SIG permite a você melhorar a arrecadação. Então, vamos melhorar a arrecadação e isso se justifica; vai melhorar a gestão da cidade, mas uma parte da cidade fica fora da cobertura do SIG, coincidentemente, aquela parte é de propriedade de alguns senhores que são poderosos nas decisões locais.

Leonardo: Maria Regina Nabuco fala muito disso. Por um lado, houve essa influência, digamos assim, do Banco Mundial, de coisas desse tipo, mas houve também a inexistência da abordagem regional. Daí essa coisa mais local, que era organizadora também.

Valdeci: Mas os próprios agentes colocam nos condicionantes deles a “formação de conselhos”, para não perder o dinheiro e também como uma forma de policiar o poder local. No Promat (Programa Especial de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso), por exemplo, os condicionantes eram: fazer planos de desenvolvimento municipais; ter conselhos municipais; e não levar em conta o Governo Federal. O diálogo passa a ser diretamente com a comunidade.

Hermes: É uma valorização muito grande da abordagem regional através do *local* que ganha força.

Cristina: Mas eu acho que isso é também um sinal do desmoronamento da estrutura de planejamento, que, antes, era fortemente concentrada na escala nacional. Era a nação que financiava a Sudene para qualificar os seu planejadores. A estrutura existente não chegava suficientemente ao município. O problema do prefeito eram os serviços públicos, como o da mobilidade urbana. Não havia prefeito cuidando de problemas de renda e emprego. Isso vai acontecer quando o Governo não tem mais dinheiro para bancar a taxa de crescimento, o desemprego começa a pipocar e o desempregado está no município. Essas ações eu as vejo como reações no nível local a um novo problema que estava se configurando no país, que era desconhecido da gestão municipal e que obrigou os prefeitos a terem que buscar uma solução, porque não podiam mais esperar pelo nacional. Lembrem-se de que o BNH também some em 1980/85; e todas as estruturas nacionais que davam suporte à gestão do prefeito desapareceram e ele fica com a batata quente na mão.

Tania: A força do local, no Brasil, vem da redemocratização. Quando a gente vai para a redemocratização, a força política é municipalista. O PT é municipalista.

Hermes: A transposição da teoria dos distritos industriais italianos ou sistemas produtivos locais para o Brasil foi feita sem uma discussão cuidadosa. Não obstante, os Arranjos Produtivos Locais ou APLs, como são chamados no Brasil, rapidamente passaram a contar com o apoio de inúmeros órgãos oficiais, tais como BNDES, Sebrae, ministérios, estados e prefeituras. Faz parte da PNDR do Ministério da Integração. E parece que na visão dessas instituições predomina a ideia de uma estranha divisão inter-regional do trabalho, sugerindo que onde os APLs funcionam melhor é no Nordeste.

Tania: A política de APL não está na Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Quem comanda a política de APL não é do Ministério da Integração; quem comanda a política do APL no Brasil é o Ministério do Desenvolvimento, junto com a Ciência e Tecnologia, com apoio do BNDES. Não é da política regional. A política regional dialogou com ela, mas ela nasce no Sebrae e vai para o Ministério da Indústria. Essa onda de APL, que eu saiba, vem por aí, não vem pelo Ministério da Integração.

Hermes: Sim, mas o fato é que é uma fonte considerável de financiamento oriunda daqueles órgãos. Por exemplo, a Sudene atual, que faz parte do MI, contempla, em seu Plano, duas coisas: apoio aos APLs e às obras da Ferrovia Transnordestina.

Cristina: Eu vejo assim: a crise mundial dos anos 1970 colocou em questão a grande empresa, pela sua falta de agilidade, entre outras coisas. Mas a Itália daquele período crescia a uma taxa elevada, o que se explicava pelo desempenho das pequenas empresas. Alguns pesquisadores apoiados em Hirschman, mostraram que aquilo ali fazia sentido devido à grande capacidade da pequena empresa em produzir externalidades. Entretanto, não demorou a que esse processo se revertesse porque as multinacionais retomaram a liderança, especialmente as norte-americanas. Isso quer dizer que a teoria estava equivocada? Lendo Hirschman 50 anos depois, eu acho que muito do que ele escreveu faz sentido. As externalidades entre empresas que constituem um conjunto em que existe uma divisão de trabalho na qual um fornece para o outro, a ideia da complementaridade faz sentido porque há, sim, condição de uma cooperação entre agentes.

Hermes: Mas a abordagem do desenvolvimento local não tem nada a ver com Hirschman, porque ela diz respeito ao pequeno empreendimento, ao distrito industrial italiano, que é um conjunto de pequenas fábricas de natureza familiar em uma mesma área, a chamada indústria difusa. E a estratégia de desenvolvimento de

Hirschman é uma resultante dos efeitos para frente e para trás que eram provocados pela grande indústria de base.

Leonardo: Em momento mais recente, há essa questão da territorialização, a participação da pequena empresa local que está na política regional *explícita*. Ao mesmo tempo há a política regional *implícita*: as grandes empresas, o estaleiro naval e a Vale, lá para cima, no Norte/Nordeste .

Valdeci: A Petrobras em vários lugares.

Leonardo: Talvez se possa dizer que no futuro a gente irá encontrar duas coisas: um problema dos APLs e da produção territorial, local, e, ao mesmo tempo, fazer a ponte com os grandes investimentos. Mas, para tanto, eu sinto falta de um referencial macrorregional. Você tem uma coisa pequenininha, miudinha na visão territorial, e, em algum momento, eu penso que teria que juntar isso com a visão regional. Aí viria a política de múltiplas escalas.

Cristina: Não é no futuro, isso já existe hoje. Não há nenhuma política que seja só focada em APL; o APL existe como algo complementar a outras políticas. O que aconteceu com a Petrobras vindo para cá? O que aconteceu com o estaleiro? O que aconteceu com os grandes investimentos privados se relocando pelo país afora? São políticas de grande empresa que prescindem de APL. Agora, existem outros setores que têm uma divisão de trabalho mais longa e que se mobilizam em determinados espaços mais reduzidos, porque juntos eles conseguem coisas que sozinhos não vão conseguir. E isso é normal, dentro de uma economia de mercado essa é uma experiência espontânea – Caruaru é isso. O Estado voltou os olhos para Caruaru [o polo têxtil do Agreste] depois que ele já existia. É endógeno, e é isso o que Hirschman fala, porque as pessoas ganham determinadas vantagens e benefícios ao se concentrarem no espaço, mas há outras que não, que vão estar aonde quiserem no mundo, que vão fazer suas redes globais, que vão ter conexões aqui e acolá. São setores muito distintos, que têm estratégias espaciais também distintas. Essa é a minha percepção. A questão é o Estado, seja de qual nível for. Como tirar proveito dessas distinções em benefício comum? Esse é o grande desafio, porque o que se vê é o governador, junto com o prefeito, oferecer mundos e fundos para atrair uma empresa. Você [Hermes] falou que “a Sudene faz APL”, mas o orçamento da Sudene (Tania, me corrija), o orçamento da Sudene do ano todo de 2014 foi para a Fiat.

Tania: Ali foi o Fundo.

Cristina: O Fundo que a Sudene operou e juntou com recursos do BNDES. Então, o esforço todo que a estrutura de planejamento teria para fomentar uma

melhor distribuição de investimentos na região foi para o beleleu. E quem está decidindo isso? É a multinacional que hoje é muito mais poderosa do que era na década de 90. Esse é o grande desafio. Eu lembro muito de Suzigan, um grande economista industrial que estudou a história da industrialização brasileira e a política industrial. Ele passou a interessar-se pelos APLs porque diz que não há mais política industrial no país. A falta de política e estratégia industrial significa a ausência do Estado. A volta ao plano local ocorre também porque o Estado retirou-se da ação, se perdeu.

Leonardo: Nessa coisa do localismo, do território, falta o grande elo com o macrorregional, que foi bombardeado porque não deu conta do local naquela primeira fase. Por outro lado, na política implícita regional, através dos grandes projetos que são estimulados para vir para região mais periférica, também está ausente o referencial da regulação regional.

Hermes: As macrorregiões estão na PNDR?

Tania: Está na PNDR. A primeira instância da PNDR é a macrorregião. Mas quem é que patrocina isso hoje? Quais são os governadores que patrocinam? Eu não conheço nenhum. É cada um por si e Deus por todos.

Identidades regionais

Hermes: O ponto, agora, são as identidades culturais do Nordeste. Muitos pesquisadores e planejadores regionais europeus, principalmente, que ainda estão em serviço, atribuem grande importância às identidades regionais como definidoras do fenômeno regional. Nessa linha, Celso Furtado, em um de seus últimos escritos, afirmou que, para o Nordeste, as identidades culturais são uma vantagem a seu favor. Como vocês veem isso?

Valdeci: Será que ainda existe uma identidade cultural do Nordeste?

Cristina: Eu acho que não. Porque a minha identidade de moradora do litoral do Recife é muito diferente da realidade do Cariri, é diferente dos Cocais e de vários outros espaços da região; as pessoas do Nordeste não são essa massa comum. As histórias são outras, os poderes são outros, os interesses são outros. E as posições de vida também divergem. Quando trabalhei na Sudene, tinha ainda uma reivindicação dos deputados, senadores; eu via, ainda, um discurso, quando tinha incentivo fiscal. Agora não tem isso; agora só tem bolsa família, investimento do PAC, microcrédito e uma porção de outros instrumentos que estão substituindo subsídios e atuando diretamente nesses espaços, diversificando,

portanto, as identidades. Eu acho que não tem mais a sustentação dessa ideia de plano regional para o Nordeste; não tem, porque agora é outra realidade. Tania antecipou isso há dez anos, e eu acho que isso está mais evidente ao final de dez anos de prática política diferente, de um planejamento regional implícito desses últimos governos. Acho que sustentar a ideia de região é uma questão que deveria ser mais debatida.

Luciano: Eu tenho uma visão um pouco diferente. Penso em Bourdieu, em sua concepção de poder simbólico, na perspectiva da região, que leva à noção de região como parte de uma reação a estereótipos. Quer dizer, o Nordeste, pensado a partir de uma ideia de miséria e pobreza, e de como as elites e os movimentos populares reagem a isso. No âmbito das elites ainda temos uma certa reação a esse estereótipo até para reavivar certas políticas tradicionais e reestruturar a política da indústria da seca e de dar um jeito de fazer com que seja uma fonte de recursos vindos dali. Mas o âmbito popular é que me preocupa mais, porque aqueles movimentos fortes, como os das décadas de 50 e 60, desapareceram quase. Por outro lado, eu vejo que as elites estão ainda mais organizadas. Essa tendência da direita, não é só no Sul e Sudeste, eu acho que nossas elites regionais continuam muito alinhadas a um projeto de direita nacional. O Nordeste, agora, está muito bem definido nessa perspectiva da direita. Estamos órfãos de um Nordeste que precisa ser reinventado na perspectiva que foi a dos anos 50. Eu vejo dessa forma. Então, o Nordeste está mais vivo do que nunca. Eu estou estudando um pouco a região nessa perspectiva da identidade, da cultura; eu concordo muito que o Nordeste foi inventado a partir de Furtado, como foi falado aqui, mas minha delimitação histórica é Canudos. É a partir de Canudos que a gente começa a ver um enfrentamento, uma resistência de um arcaico em relação a um padrão moderno; de Canudos até Padre Cícero. Quer dizer, da Bahia a Juazeiro do Norte, você define ali um espaço que a gente pode dizer que é uma região diferente.

Cristina: Mas é Semiárido, e o Nordeste não é só o Semiárido.

Luciano: É interessante porque, historicamente, a ideia de região foi pensada nessa dimensão [macrorregional] da desigualdade e nessa relação centro-periferia. O Rio de Janeiro não se pensa como região, porque sempre foi cosmopolita, São Paulo da mesma forma. Você não tem políticas regionais para o Rio, para São Paulo, porque eles se sentem centro; então, esse debate de região é para o periférico. Em São Paulo, há problemas também, mas não se pensa em termos regionais. A nomenclatura de região é própria de quem está na periferia.

Tania: Eu tenho um amigo, que é ministro, que diz que tudo que chega de São Paulo lá em Brasília é problema nacional; o resto é problema regional, é pleito regional.

Luciano: MPB não é música regional carioca. A música de Chico Buarque jamais vai ser regional.

Leonardo: Desde o plano nacional de apoio ao café.

Valdeci: Eu acho que há dois aspectos: a economia e a cultura. Não são separadas. Mas do jeito que a andam as coisas, daqui a pouco os espaços não existem, as identidades são quebradas, e tudo é nivelado de uma única forma, tudo vira cosmopolita. Há tantas distinções dentro do mesmo espaço que, daqui a pouco, você não tem identidade nenhuma. Então, acho que é preciso ter um certo cuidado. Concordo que existem vários Nordeste, com várias diferenças etc., mas, na área cultural, eu acho que tem que ter uma identidade. Existem algumas coisas que a gente precisa resgatar; a gente sai cortando tudo, daqui a pouco não existe Nordeste nenhum.

Luciano: A visão que Durval Muniz elaborou sobre os “nordestes”. Eu entendo que, a partir do momento que ele fez uma crítica bourdieusiana de desmantelamento daquela ideia de um regionalismo a partir dos anos 30 e o Nordeste como uma invenção, ele tem muita razão. Mas, ao mesmo tempo, é como se a ideia de região também tivesse acabado; e eu entendo que os últimos movimentos políticos do início do século XXI mostram que o Nordeste não acabou. Parece que existem coisas que se aproximam, em termos de problemas, de demandas. Velhas demandas aristocráticas, oligárquicas e também populares não se acabam assim. Cristina, eu não tenho tantos elementos para explicar o que seria o Nordeste, mas dizer que uma noção de região é possível, eu acho que ainda é.

Tania: Havia mais homogeneidade. A própria dinâmica aprofundou as diferenciações. Primeiro, no tempo de Celso Furtado, não havia o que Leonardo estudou que é a integração nacional, a integração do mercado nacional. De modo que, hoje, quando o Sudeste vai mal, o Nordeste vai mal. Leonardo fez a tese dele mostrando esse fato. É uma mudança muito profunda, porque aquilo que Furtado escreveu no GTDN “a gente está perdendo terreno e o outro está ganhando acelerado”, agora soldou. A própria Sudene ajudou a soldar, e hoje é uma dinâmica só – todas as curvinhas que a gente faz do PIB mostram o mesmo comportamento.

Hermes: Quer dizer que o país está homogêneo?

Tania: Não, quer dizer que a dinâmica econômica se homogeneizou. Mas é muito importante isso. Dificulta você se reconhecer como região, porque a sua dinâmica é a mesma do Sudeste. Quando o Brasil afunda lá embaixo, afunda aqui, quando pipoca lá embaixo, pipoca aqui, aí a gente fica no meio do caminho. Onde é que está a diferença? A diferença está em uma caixinha pra cima ou para baixo, mas a curvinha é a mesma. A tese dele mostra isso em relação ao que era antes de

Furtado, quando havia uma dinâmica pujante no Sudeste e a gente aqui, travado. Isso todo mundo sentia no Nordeste. Então, acho que essa mudança que Leonardo estudou é muito profunda; não acabou a região, mas unificou um elemento de unidade muito importante. Criou um elemento de unidade nacional que minimiza a tua vivência como algo diferente.

Tania: Parece que você está pessimista, Hermes?

Hermes: Não sei. É que eu acho preocupante a ideia de esquecer a noção de macrorregião no Brasil, um país com as dimensões que tem. Também não é compreensível que a política de desenvolvimento regional seja relegada à situação em que se encontra hoje, com tão poucos meios e recursos. Por outro lado, a gente vê que, enquanto as nossas estruturas macrorregionais periclitam, as dos países europeus são reforçadas, como a DATAR, na França.

Tania: Sim, eu não estou dizendo que o Nordeste acabou, não. Estou dizendo que fazer política com essa escala macrorregional está ficando difícil, porque não tem quem patrocine. Por exemplo, a PNDR tem várias escalas, uma delas é macrorregional, Norte e Nordeste. No papel, tem. Ninguém tira do papel.

Luciano: Volto à discussão que estávamos fazendo. Essa imagem de Nordeste, que eu acredito que está mudando e que precisa ser ainda mais criticada, e a própria realidade estão fazendo com que essa imagem do “coitado”, do Graciliano Ramos de *Vidas Secas*, venha se transformando. Eu concordo com tudo que a Cristina colocava. Quando Gilberto Freire escreveu o manifesto regionalista, ele estava construindo uma região a partir de outros elementos; então, esses elementos da miséria, eu penso que estão se desmistificando, se desmantelando. Agora, como Gilberto Freire construiu também uma ideia de região, de Nordeste, eu entendo que o esforço de tentar construir uma ideia de nordeste não caiu. É nesse sentido que eu falo. Não é construir por construir; quem tem que colocar é a realidade. Não é a gente construir num esforço idealista.

PSDB e PT e a política de desenvolvimento regional

Cidoval: Quais são as visões dos partidos políticos sobre a questão regional no Brasil, em particular do PSDB de Fernando Henrique Cardoso e o PT de Lula?

Tania: Uma coisa foi a era Fernando Henrique, outra, a era Lula. O projeto de país não era o mesmo e, portanto, a discussão do regional não era a mesma. A discussão do regional com Fernando Henrique (*Brasil em Ação* e do *Avança Brasil*.) é a inserção competitiva do Brasil na globalização. Para fazer a inserção competi-

tiva, o que ele fez? Basta ver aquele mapa do *Brasil em Ação*. Onde estão os polos dinâmicos do Brasil e como se ligam com o mundo? Isso é a antipolítica regional, porque você foca o investimento nas áreas dinâmicas. A crítica que a gente fazia era esta: cadê o Nordeste? O Nordeste estava em branco no primeiro mapa; no segundo, eles borraram tudo para esconder, mas, quando a gente ia aos projetos, o Nordeste era fruticultura e turismo, eram os dois segmentos que davam para o Nordeste fazer uma inserção competitiva no mundo. O resto estava em branco no plano. Isso é completamente diferente do que a gente viveu no período Lula. Qual é o traço de união? É que o macrorregional perde dimensão para o local, ponto.

Hermes: Dá para você explicar mais um pouco as diferenças nos dois governos (FHC e Lula)?

Tania: A proposta de Fernando Henrique é diferente da proposta de Lula, a proposta do PSDB é diferente da proposta do PT. É isso que esteve em jogo nesta eleição [a de 2014, para Presidente]. A proposta do PSDB é inserção competitiva de pedaços dinâmicos do Brasil no mundo. A proposta do PT foi uma proposta de inserção do Brasil dentro do Brasil. Por isso que ele é tão criticado. O PT mudou a política externa, mudou as políticas comerciais e mudou as políticas dentro do país; ele olhou para dentro, a dinâmica é para dentro. É uma proposta completamente diferente, não dá para colocar isso tudo no mesmo balaio. São projetos diferentes de país: a prioridade é olhar para dentro para aproveitar o potencial que tem o Brasil, para soldar o Brasil, sem esquecer, claro, que o Brasil está inserido internacionalmente desde sempre, desde que foi descoberto. Ele não é autônomo. Parte disso é coisa que vem de fora, grande parte e cada vez maior parte; a gente não está esquecendo isso. Agora, o eixo é dinamização do mercado interno, não é inserção de pedaços do Brasil na economia mundial; é diferente a proposta. Tanto que a política externa é diferente, a política de dinamismo na economia é diferente. A política regional tem que dialogar com essas duas diferenças, se não a gente vai botar tudo no mesmo saco.

Juliana: Nessa discussão sobre as visões do PSDB e do PT sobre o regional, porque a senhora diz que o PT é pelo local?

Tania: Tanto o PSDB quanto o PT são localistas. O PT é municipalista. Talvez como Ana Cristina falou, na luta contra a ditadura, o espaço era o espaço local e o inimigo era o nacional. O próprio PT começa a chegar ao poder pelos municípios. Ele vai chegar ao poder nacional no segundo momento; no primeiro momento, a sua ascensão política é nos municípios. Esse viés localista e municipalista dos dois partidos era muito grande. Agora, o viés globalista do PSDB é muito maior, porque ele é paulista. O PSDB reflete isso e, nesse sentido, é muito mais paulista do que o PT. Ele tem também um conteúdo paulista forte, mas tem o Rio Grande do Sul que puxa para um lado, tem outras correntes no PT.

Hermes: É interessante essa observação que você fez aí dos dois partidos em relação a São Paulo.

Tania: São Paulo é cosmopolita, é maravilhoso, São Paulo. Só que São Paulo não é Brasil. Eu adoro São Paulo, mas aquilo é um pedaço de mundo no Brasil e os paulistas se sentem assim – eles dialogam com o mundo, e o Brasil é um detalhe. E isso impregna o projeto do PSDB com muita força e articula interesses internacionais muito poderosos.

Juliana: Eu entendo, nessa altura da nossa conversa, que o momento atual da política econômica nacional volta-se para o país.

Tania: Uma política mais voltada para a dinâmica interna do país. Quem puxou a economia do Brasil e o dinamismo das nossas regiões foi o consumo. Parte da revolução que o Nordeste sofreu foi “injeção de renda na veia”! Foi isso que explicou parte do dinamismo que aconteceu aqui, mas não aconteceu aqui somente, não, aconteceu no Brasil todo, mas aqui teve uma força muito maior. O aumento do salário mínimo no Nordeste alcança 70% dos ocupados. Em São Paulo, são 20%, 25%. Então, bota 70% dos ocupados nordestinos passando de 200 para 800 reais. Aí você entende Campina Grande, Mossoró, todas as cidades médias que explodiram no Nordeste.

Outras vozes: Caruaru, Garanhuns.

Tania: Isso é olhar para dentro, não olhar para fora. A proposta do PSDB é: o Nordeste é fruticultura e turismo. O que tem de positivo que se pode aproveitar? Turismo articulado internacionalmente. O que floresceu recentemente foi turismo interno: eram brasileiros do Brasil inteiro vindo para o Nordeste e adorando, lotando nossos hotéis e gerando renda. Essa não é a proposta do turismo na visão de Fernando Henrique, que previa *resorts* na beira da praia para trazer turistas de avião dos Estados Unidos, que nem querem vir, porque há outros lugares muito melhores para ir.

Hermes: Já estamos perto das 14 horas, vocês poderiam nos acrescentar alguma coisa sobre a PNDR?

Tania: O que a gente tentou propor no Ministério no início do governo Lula foi a política nacional de desenvolvimento regional. Quer dizer, ela tinha que ser tratada em múltiplas escalas, tinha que ter uma lógica macrorregional, e nesse nível só tinha duas regiões, Norte e Nordeste. Porque aí o viés é o da desigualdade. Em todos os Brasis, inclusive o das eleições, tem um Brasil para cima e um Brasil para baixo. Então, na escala macro, nós temos duas regiões que precisam de política regional explícita, Norte e Nordeste. O Centro-oeste, não, essa região é uma extensão da

dinâmica do Sudeste e os padrões de vida são muito mais parecidos com os do Sul/Sudeste. Este era um corte. O segundo corte era sub-regional, porque a discussão de que existem várias realidades intrarregionais também é verdadeira, e é pela instância federal, porque são regiões que abarcam vários Estados. Tinha que ter múltiplas escalas, mas isso não conta com o apoio político, isso é um delírio acadêmico.

Participaram da entrevista:

Entrevistados:

Tania Bacelar Araujo

Doutora em Economia pela Universidade de Paris I; Professora aposentada da Universidade Federal de Pernambuco; sócia da Ceplan.

Leonardo Guimarães Neto

Doutor em Economia pela Unicamp; Professor aposentado da Universidade Federal da Paraíba; e sócio da Ceplan.

Entrevistadores:

Hermes Magalhães Tavares

Doutor em Economia pela Unicamp; Professor aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro; ex-Diretor do Ippur/UFRJ.

Cidoval Moraes de Sousa

Doutor em Ciência e Tecnologia pela Unicamp; Pró-reitor de Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba; ex-Diretor da Editora da UEPB.

Participantes/debatedores:

Ana Cristina Fernandes

Doutora pela University Essex. Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco.

Luciano Albino

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco; Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UEPB.

Valdeci Monteiro dos Santos

Doutor em Economia pela Unicamp; Professor da Universidade Católica de Pernambuco; Técnico da Ceplan.

Jorge Jatobá

Doutor pela Universidade Vanderbilt (EUA); Diretor Financeiro da Ceplan.

Juliana Neves Barros

Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ.

Laís Jabace Maia

Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ.

